

Projeto Político Pedagógico para a Educação Básica no Campo na Perspectiva do Materialismo Histórico Dialético

Marinalva Sousa Macedo¹
Adelaide Ferreira Coutinho²

RESUMO

Propõe-se nesse artigo discutir sobre o processo de elaboração/execução do Projeto Político Pedagógico para a educação básica do campo. Na tentativa de desvendar objeto de investigação nas suas determinações histórico-sociais, buscou-se como referência metodológica a perspectiva materialista histórico-dialética, por contemplar o desafio de captar o movimento/contradições da realidade estudada, cujo *locus* são as escolas dos assentamentos conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, este, que historicamente luta por escolas públicas para campo. Inicialmente, percebeu-se que a luta desse movimento foi por educação para educar os filhos dos que lutavam pela conquista da terra. Dessa forma, surgem as primeiras escolas nos assentamentos e tem início as discussões sobre a Educação *no* e *do* campo. Atualmente, o debate tem motivado a realização de pesquisas e uma produção significativa, além da conquista dos instrumentos legais e da realização de importantes eventos visando assegurar a educação pública. Por outro lado, cresceu a necessidade de se elaborar um Projeto Político-Pedagógico para as escolas de educação básica do campo. Assim, destaca-se a importância de refletir sobre a educação e o projeto educativo que se quer para o campo. Nesse intuito, sustenta-se essa análise numa concepção ampliada de educação, a qual deve ser fundamentada nos âmbitos político, técnico e ético para a formação

1 Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Mestre em Educação pelo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Políticas Publicas - UFMA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História, Política, Educação e Cultura do Campo – NEPHECC. E-mail: mmacedope@gmail.com.

2 Professora do Departamento de Educação II, Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História, Política, Educação e Cultura do Campo – NEPHECC. E-mail: adelaide.fcoutinho@bol.com.br.

humana, nos diferentes contextos da realidade do campo. Essa, portanto, é uma proposta contrária a atual lógica de formação, voltada, predominantemente, para o mercado. Com base nesse pressuposto, cabe contribuir criticamente para o delineamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do campo, pois o mesmo deve ser construído coletivamente, uma vez que este se constitui instrumento estruturante da identidade escolar, da gestão democrática e da ação docente.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Political Pedagogical Project for Rural Basic Education in the Perspective of Historical Dialectical Materialism

ABSTRACT

It is proposed in this article a discussion on the process of developing / implementing the Political Pedagogical Project for rural basic education. As an attempt to unravel the subject of investigation in its historical and social determinations, it sought as a methodological reference to historical and dialectical materialism, to contemplate the challenge of capturing the movement / contradictions of reality studied, whose locus are schools of settlements won by Landless Workers' movement - MST, this, that historically struggle for rural public schools to. Initially, it was realized that the struggle of this movement was for education to educate the children of those who fought for land. Thus, there are the first schools in the settlements and opened discussions on education in and the countryside. Currently, the debate has motivated the development of research and significant production in addition to the achievement of the legal instruments and as part of major events to ensure public education. On the other hand, it increased the need to develop a political-pedagogical project for rural basic education schools in the. Thus, there is the importance of thinking about education and educational project that wants to countryside. To that end, it is claimed that analysis in a broad view of education, which should be based on political, technical and ethical spheres to the human, in the different

contexts of the reality of the countryside. This therefore is a proposal contrary to current lineup of logic, geared predominantly to market. On that basis, it is critically contribute to the design of the Political Pedagogical Project (PPP) of schools in the countryside, as it should be built collectively, since this constitutes a structural instrument of school identity, democratic management and teaching activities.

Keywords: Pedagogical Political Project. Rural Education. Rural Workers Landless Movement.

Projeto Político Pedagógico para la Educación Básica en el Campo en la Perspectiva del Materialismo Histórico Dialéctico

RESUMEN

Se propone en este artículo discutir el proceso de desarrollo / implementación del Proyecto Político Pedagógico para el campo de la educación básica. En un intento de desentrañar el tema de la investigación en sus determinaciones históricas y sociales, se buscó como referencia metodológica con el materialismo histórico y dialéctico, para contemplar el desafío de capturar el movimiento / contradicciones de la realidad estudiada, cuyo locus son las escuelas de los asentamientos ganados por movimiento de los Trabajadores Sin Tierra - MST, esto, que históricamente luchan por las escuelas públicas a campo. Inicialmente, se dio cuenta de que la lucha de este movimiento fue la educación para educar a los hijos de los que lucharon por la tierra. Por lo tanto, existen las primeras escuelas en los asentamientos y discusiones abiertas sobre educación en y del campo. En la actualidad, el debate ha motivado el desarrollo de la investigación y la producción significativa, además de la consecución de los instrumentos legales y como parte de importantes eventos para garantizar la educación pública. Por otro lado, aumentó la necesidad de desarrollar un proyecto político-pedagógico para las escuelas de educación básica en el campo. Por lo tanto, existe la importancia de pensar la educación y el proyecto educativo que quiere a campo. A tal efecto, se afirma que el análisis de una visión amplia de la educación, que debe basarse en las esferas políticas, técnicas y éticas para el ser humano, en los diferentes contextos de la realidad del campo. Por lo

tanto, esta es una propuesta contraria a la alineación actual de la lógica, orientada principalmente al mercado. Sobre esa base, se contribuye críticamente para el diseño del Proyecto Político Pedagógico (PPP) de las escuelas en el campo, ya que debe ser construida colectivamente, ya que esto constituye un instrumento estructural de la identidad de la escuela, la gestión democrática y actividades de enseñanza

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico. La educación rural. Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra.

Introdução

A luta por políticas educacionais para o campo tem sido historicamente expressão dos conflitos e contradições envolvendo o estado e os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este luta por uma educação que contemple os interesses de quem vive no campo. Nessa direção, tem se intensificado o debate e discussões sobre a educação do campo, em particular, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST que, juntamente com outras organizações sociais, tem canalizado grandes esforços na luta por uma política nacional para a educação do campo, por meio de grande mobilização nacional, com objetivo de mostrar para o Estado a necessidade de se efetivarem essas políticas. Todo esse esforço contribuiu para a mudança de foco do conceito de Educação Rural para o conceito de Educação do Campo. Vale enfatizar que não é objeto desse texto discutir conceito de Educação Rural versus Educação do Campo. No entanto, ressaltamos que concordamos com Martins (2009), ao considerar a educação do campo como movimentos constituídos por sujeitos sociais que compõem a realidade camponesa e, sobretudo, almejam vincular o processo de vida no campo com os pressupostos educacionais. Essa concepção de Educação nos leva a questionar: Qual concepção de campo para a Educação do Campo? Qual a importância do Projeto Político Pedagógico para a Educação Básica do Campo? Quais os elementos constitutivos desse Projeto?

Consubstanciado nessa concepção de educação do campo que se pretende escrever este texto, cujo tema central tem como foco

a construção do Projeto Político Pedagógico para a educação básica de quem vive e trabalha no campo, na perspectiva do Materialismo Histórico – por desvelar as contradições nas lutas sociais. Visando apreender esse movimento o texto se divide em três momentos. No primeiro momento, aborda-se o movimento nacional por uma educação do campo com a finalidade de contextualizar a luta. No segundo momento, faz-se uma análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, evidenciando suas reivindicações por uma educação para o campo. Por último aborda-se a concepção do Projeto Político Pedagógico para a educação do campo.

Para tanto, fez-se a interlocução com os autores que investigam esse objeto nas suas diversas determinações, entre os quais Molina (2012), Taffarel (2012), Vendramini (2008), Veiga (2010), Caldart (2004), Freitas (2011), D'Agostini (2012), Dalmagro (2010) e outros, imprescindíveis para sustentar essa análise pautada numa concepção dialética de educação. Esta, fundamentada nos âmbitos político, técnico e ético por um paradigma voltado para uma formação humana, comprometida com a transformação social, nos diferentes contextos históricos da realidade do campo.

Movimento Nacional por Uma Educação do Campo na Década de 90

Desde a década de 60, com o objetivo de conter o expansionismo dos movimentos agrários e a luta dos camponeses, o governo federal desenvolve programas setoriais implementados por meio de órgãos criados, a exemplo do INCRA, cuja finalidade era diminuir ou até mesmo conter o processo migratório do campo para a cidade. Na mesma linha de raciocínio, o surgimento da escola no meio rural também foi uma estratégia de fixar o homem em seu meio, dado o inchaço das grandes cidades.

No campo educacional tem início o processo de articulação nacional por uma educação do campo, adotando por base a experiência da pedagogia da alternância, englobando as reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais e o movimento social. Essas iniciativas fizeram com que a educação do campo fosse pela primeira vez

contemplada no corpo da legislação, referências específicas a educação do campo. Esse debate se intensifica ainda mais na década de 90 por se constituir em um novo reordenamento das discussões e políticas voltadas para o campo.

Nesse cenário, outro marco importante na luta por uma educação, refere-se à aprovação em 2002 das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo. Em parágrafo único a Diretriz ressalta que

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuro, na rede de ciências e tecnologia disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p.37).

Pelo enunciado, percebe-se que as Diretrizes Operacionais apontam o caminho para a elaboração do Projeto Político Pedagógico para as escolas básicas do campo, observando suas especificidades e necessidades. Além disso, tais diretrizes devem ainda definir com clareza os elementos que constituirão o projeto, considerando a visão daqueles que frequentam a escola no campo. Já que o projeto político pedagógico, precisa compreender que os sujeitos possuem história, na maioria das vezes construídas nas lutas sociais por melhores condições de vida.

Outra importante conquista foi a realização da primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998, marco de um novo espaço para o debate em torno dessa modalidade. Caldart (2004, p.13) ressalta que:

Por meio do processo de construção desta Conferência os Movimentos Sociais do Campo foi inaugurada uma nova referência para o debate e a mobilização popular. Na conferência reafirmamos que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os seus sujeitos.

No âmbito legal, outro aspecto importante para a educação do campo, refere-se à portaria de nº1374/2003, instituída pelo Ministério da Educação com a formação de um grupo permanente de trabalho, com a função de articular as ações do ministério pertinentes a educação do campo. No entanto, não basta a confirmação de uma política pública para o campo em leis, decretos e programas. A luta é para que essas políticas tenham condições objetivas de ser materializadas.

É na luta por efetivação desses aspectos legais, assegurados em leis e decretos, que os movimentos sociais têm se constituído como principais protagonistas no debate sobre elaboração de políticas educacionais para os que vivem no campo, por acreditar que a escola ajuda a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade. Todavia, é mister lembrar que o anseio por uma política pública para o campo surge a partir do descaso com a educação no meio rural. Martins (2009) enfatiza que, as lutas por políticas públicas para o campo estão mediadas pelas lutas sociais. Dessa forma, o PPP deve considerar os interesses dos trabalhadores à superação das condições materiais e político-pedagógicas na realidade educacional do campo brasileiro. O autor aponta ainda, para

A necessidade de compreender que os projetos construídos e defendidos pelos movimentos sociais estão envolvidos tendo por horizonte a possibilidade de legitimá-lo como também de construir mecanismos mobilizadores de identidade política que se contraponham aos projetos educativos conservadores (2009, p.49).

É nessa direção que insere a elaboração do PPP para a educação básica nas escolas do campo, por se constituir em um elemento de organização e integração de todo o processo educativo, e a defesa de outro projeto educativo que começa a ganhar corpo nos debates e nas mobilizações que vão somando esforços com outros movimentos, bem como aos educadores e educadoras do campo.

Essa mobilização vai pressionar os governos a incluir a educação do campo em suas agendas e a defesa de um projeto político pedagógico que leve em considerações as particularidades da educação do campo, conforme ressalta Caldart (2004, p. 17):

Nesse cenário, a discussão sobre a elaboração de diretrizes pedagógicas específica para a educação do campo, que contemple as necessidades de quem vive no campo, começam a se intensificar a partir da realização da primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo no ano de 1998.

Para Caldart (2004, p. 13), “foi o momento do batismo coletivo de um novo jeito de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no campo”.

A realização desse evento caracteriza-se como uma nova referência para a organização popular e o debate sobre educação do campo, e não mais educação para o meio rural, reafirmando que o campo é um lugar de vida digna e merecedor de um projeto político pedagógico que atenda aos seus anseios e necessidades.

É em face desse panorama de organização e mobilização que o Movimento dos Trabalhadores Rurais se une a outros movimentos somando esforço com outros movimentos, pressionando os governos a incluir a educação do campo em suas agendas governamentais e a defesa de um projeto político pedagógico que leve em considerações as particularidades da educação do campo.

O esforço do movimento em mostrar para sociedade que o campo se constitui como um espaço de dignidade. Portanto, quem vive no campo tem o direito de ter acesso às políticas públicas, dentre elas, uma educação pública de qualidade como um dos instrumentos de divulgação de discussão do movimento. Assim, é criada uma coleção de cadernos denominados de “Por uma educação básica do campo”, da qual se destaca o Caderno nº. 3, sob o título de “Projeto Popular e Escolas do Campo”. Caldart (2004) destaca que se a escola não move o campo, mas o campo não se move sem escola. Dessa forma, enfatiza a autora, que uma escola no campo não é um tipo diferente de escola, mas é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os sujeitos sociais que moram no campo. Importante é perceber que o reconhecimento de quem mora no campo com sujeitos sociais pode colaborar com o processo de humanização do conjunto da sociedade. Assim, ajudar na luta por uma educação específica é compreender que o campo é constituído por sujeitos sociais específicos.

A Mobilização do MST e a Defesa por uma Educação Básica do e para o Campo

A mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasce da articulação das lutas pela terra, inicialmente na região centro-sul, em seguida expandindo-se pelo país inteiro. O movimento teve sua criação formal no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra em 1984, nesse evento o MST reafirma seu objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária, sobretudo, por uma sociedade mais justa. O que é ratificado nos estudos realizados por Caldart (2004), Fernandes (1999), Martins (2009). Autores imprescindíveis para a obtenção de visões reais e mais completas da evolução histórica dos movimentos sociais, em especial, do MST.

No que se refere à educação defendida pelo movimento, Caldart (2008, p. 128) destaca:

Um dos desafios que nos coloca é exatamente o de pensar as práticas educativas a as matrizes pedagógicas de uma educação que se assuma como parte dos dilemas sociais desde final de século. Penso que uma das maneiras de fazer essa reflexão é olhar com mais atenção para os novos sujeitos sociais deste momento histórico, que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitam a exclusão como um dado inevitável.

Nessa direção, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo inicia sua luta na defesa pela elaboração de um projeto educativo para as crianças dos assentamentos que se contraponha à exclusão do sistema capitalista, na defesa pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Caldart (2008, p.132) afirma que, do ponto de vista do movimento, uma reflexão sobre educação deve considerar pelo menos duas premissas: “Existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social; e a segunda é de que uma luta social é mais educativa, ou tem um peso maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-las no movimento da história”.

Na realização de seu primeiro Congresso Nacional no Estado de Curitiba, o MST reafirma seu compromisso em lutar pela terra, pela

Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa. João Pedro Stédile (2005, p. 23) em entrevista a Bernardo Mançano destaca que “a luta contra a ditadura militar e a luta pela democratização da sociedade brasileira criam as condições necessárias para o surgimento do MST”. Portanto, o MST é fruto de uma sociedade dividida em classes. Logo foi a luta por uma sociedade mais justa e menos desigual que o constituiu enquanto movimento.

A realização do primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras do campo – ENERA e outras iniciativas realizadas como os eventos estaduais, setores, encontros e congressos promovidos pelo setor da educação do MST representam, segundo Stédile (2005), um salto de qualidade para a educação do campo, o ENERA foi um reflexo de todo um processo de construção que o movimento primou por realizar. Nessa direção, para o líder, o ENERA, representa para a sociedade o reconhecimento que o movimento dá à educação.

Roseli Salete Caldart, como pesquisadora e defensora de uma educação que considera os sujeitos que moram no campo, destaca, em relação à educação, o período do final da década de setenta e início da década de oitenta, marca o início da retomada da luta pela terra por meio de ocupações e acampamentos, inicialmente nos estados do sul, depois se espalha por todo o país. Segundo a autora, a preocupação inicial do movimento em seus respectivos assentamentos foi com a educação de 1ª a 4ª séries em função das crianças acampadas. Ao fazer um percurso histórico das escolas nas áreas de assentamento destaca que:

A primeira escola de assentamento de que se tem registro começou a funcionar em 1983, no assentamento de Nova Ronda Alta no Rio Grande do Sul. E com a primeira escola, as primeiras preocupações com que tipo de ensino deveria ser desenvolvido nessa realidade. (CALDART, 1997, p.30).

A preocupação está relacionada à importância de contemplar a necessidade de formar pessoas comprometidas com a transformação da realidade social e a formação de militância em defesa das causas populares. Logo, a escola do campo necessita formar pessoas que sejam capazes de pensar e agir com autonomia. Portanto, não se trata apenas

de uma reflexão sobre a educação do campo, mas também, sobre a educação necessária à classe trabalhadora. Nessa direção congratula-se com Caldart (2002, p. 35) ao afirmar que:

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo [...]; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar tudo com o trabalho, com a cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo [...] se assim o for, a escola do campo será mais que escola, porque com uma identidade própria, mas vinculadas a processos de formação bem mais amplos, que nem começam nem terminam nela mesma, e também ajuda na tarefa grandiosa de fazer a terra ser mais que terra.

A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº.01/2002 (BRASIL, 2002) representa uma conquista importante para o MST, e a inclusão da educação do campo nas agendas governamentais, se constituindo como o primeiro passo no atendimento de uma reivindicação histórica, no sentido de resgatar uma dívida com esse segmento da população. A organização do coletivo que compõem o setor educacional do MST possibilitou a elaboração e divulgação da Proposta Pedagógica de Educação do movimento e dos cadernos de formação. No Caderno de nº. 18 (1999), intitulado: O que queremos com as escolas dos assentamentos, o movimento explicita sua concepção de escola:

A escola deve ser o lugar de vivência e desenvolvimento de Novos Valores, como o companheirismo, a solidariedade, a responsabilidade, o trabalho coletivo, a disposição de aprender sempre, o saber fazer bem feito, a indignação contra as injustiças, a disciplina, a ternura. Chegando a uma consciência organizativa. (FERNANDES, 1999, p.8).

No âmbito da educação outra importante conquista diz respeito à elaboração da Proposta para as escolas do campo baseada na reflexão teórica do movimento advindo de suas experiências desenvolvidas. O referido Caderno (1999), fruto do coletivo do setor educacional do

MST, responsável por tratar das questões educacionais do movimento. Destaca também, a concepção de educação que o MST deseja para as escolas básicas do campo.

A educação processo de desenvolvimento da pessoa humana como um todo. Educar é criar condições para que as pessoas reflitam e teorizem sobre sua prática no dia-a-dia do trabalho, do relacionamento social, da vida em família, na comunidade etc. Também para que as pessoas conheçam e transforme a realidade onde vive. Educação é sempre uma prática social. (FERNANDES, 1999, p.22).

Por outro lado, temos o fechamento de escolas no campo. Molina e Freitas (2011), apoiadas no Censo Escolar de 2002, apontam a existência de 107.432 escolas no território rural em 2002. Em 2009, o número desses estabelecimentos de ensino caiu para 83.036, representando o fechamento 24.396 escolas no meio rural. Já os dados de 2010 registram a existência de 78.828 escolas. Diante dessa situação, o MST iniciou, em 2011, uma campanha denominada “fechar escolas é crime”, em nível nacional, contra o fechamento de escolas no campo.

Com relação ao Maranhão, dados revelados mostram que somente no ano 2014 foram fechadas 407 escolas no campo. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação, no Ensino Médio o índice de cobertura é de 33%, em todo o Estado, ficando bem abaixo do índice nacional com 51,1%, e do Nordeste com 39,3%. Esse índice de cobertura, quando se refere à população rural cai para 15%. Portanto, os dados evidenciam que no Maranhão um dos desafios refere-se à criação de escolas de Ensino Médio para os jovens do campo e da educação infantil (PNUD, 2011).

Esse panorama marcado pelo descaso com a educação rural deixa como herança para o século XXI um quadro bastante desfavorável, tanto na oferta quanto nas condições objetivas de funcionamento das escolas rurais e do acesso a estas. Desse modo, a maioria das escolas, quando funcionam, enfrentam problemas que vão desde os espaços físicos inadequados e precarizados, falta de condições de trabalho, ausência de política de formação docente à falta de propostas

pedagógicas coerentes com a necessidade de superação da realidade social em áreas rurais.

Portanto, a luta do movimento pela escola e por uma educação de qualidade continua forte para quem vive e trabalha no campo. O desafio no campo, além de se colocar em discussão o fechamento de escolas, é também, construir os elementos teóricos que devem constituir o projeto político pedagógico para as escolas básicas do campo, tomando como norte a concepção de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Movimento que no âmbito da educação dispõe de boas práticas educativas.

Concepção do Projeto Político Pedagógico para a Educação Básica do Campo à luz do Materialismo Histórico Dialético

Algumas indagações que consideramos importantes serão tomadas como ponto de partida: Qual a importância do PPP- Projeto Político Pedagógico para a educação básica no campo à luz do materialismo histórico? O que é a educação do campo quais são seus fundamentos principais? É possível, por meio do PPP, materializar a concepção de educação que tenha como referência o projeto histórico educacional de formação coerente com a prática pedagógica transformadora?

Não pretendemos nesse artigo responder todos esses questionamentos, mas sim, promover uma reflexão sobre a educação para o campo. Por outro, acreditamos que o processo de produção ou investigação pressupõe um ponto de partida: o Projeto Político Pedagógico para as escolas básicas, construído sob a visão do materialismo histórico, por acreditarmos que este dá conta de explicitar as contradições vivenciadas por quem mora e trabalha no campo. Além de contribuir com o movimento de transformação social por meio das explicitações das contradições existentes na sociedade capitalista. Para Freitas (2010, p.155):

Ao longo de séculos de capitalismo, a escola aprisionou o conteúdo [...] as classes dominantes necessitam de uma instituição que monopolizasse e homogeneizasse a formação da juventude, colocando-a em sin-

tonia com a sociedade que a cerca como consumidores e como força de trabalho submetida à lógica do capital.

Considerando que os movimentos sociais ligados a essa questão têm um projeto de educação que se contrapõe ao projeto burguês de educação, o PPP pode contribuir com o projeto de educação pública para os sujeitos do campo, visto que a escola se constitui em um espaço social de práticas contraditórias, logo, a escola não está imune a essa situação, visto expressar também essa contradição, considerando que o processo educativo encontra-se permeado por interesses e finalidades divergentes, geralmente com a imposição de projetos educativos contrários aos interesses da classe trabalhadora que vive e trabalha no campo.

Para tanto, o projeto político pedagógico para escolas do e no campo, tem que considerar o vínculo com os sujeitos sociais concretos. Para Caldart (2004), o desafio para a construção do PPP, se desdobra em três aspectos fundamentais: O primeiro constitui-se manter viva a memória da educação do campo, dinamizando sua construção e reconstrução envolvendo seus próprios sujeitos; o segundo diz respeito à identificação das dimensões fundamentais da luta política a ser feita na atual conjuntura; e, por último, o desafio para a educação do campo deve construir o seu próprio PPP, abstraindo das experiências e dos debates, as ações norteadoras que possam orientar os educadores do campo sobre a prática coerente para a educação dos trabalhadores do campo.

Quando se destaca que o PPP tem de considerar os sujeitos sociais que vivem no campo, concorda-se com Freitas (2010), ao nos lembrar que o campo tem sua singularidade, sua vida, e a sua educação, portanto, não pode ser igual à educação urbana. Para o autor, a questão não é somente reconhecer que há uma identidade para sujeitos do campo, mas reconhecer que ali existe uma forma diferente de viver e produzir relações sociais, culturais e econômicas diferentes de quem vive nas grandes cidades.

O materialismo histórico, ao ter como categoria fundante as relações sociais, nos possibilita apreender a essência dos problemas educacionais concretos no campo, relativo à educação e ao trabalho.

Pela categoria da contradição constatamos que no campo se produz riqueza, mas também muita miséria. Chegamos ao século XXI e o trabalho escravo ainda persiste com maior incidência na região nordeste do Brasil, em plena era da tecnologia de ponta.

Vendramini (2009), afirma que submeter a conceituação da educação do campo à luz do materialismo histórico é questionar as fronteiras estabelecidas entre campo e cidade. Para a autora, o materialismo histórico funda-se em categorias como a totalidade e a contradição, que são expressão das relações sociais, o que possibilita a apreensão em essência dos problemas reais, referentes à educação no campo.

A referida autora (2008), consubstanciada no relatório sobre o trabalho escravo no Brasil no século XXI, destaca a presença de trabalho escravo em 192 países, em empresas, madeireiras, canaviais e outros espaços nos quais se exploram a mão de obra escrava.

Com relação ao trabalho infantil, no Brasil, o relatório aponta quase oito milhões de crianças e adolescentes trabalhando, a maioria no campo, sendo 77%, em atividades não remuneradas, sobretudo na agricultura. Isto mostra que Marx, estava certo ao mostrar, em seus manuscritos econômico-filosóficos, que as únicas rodas que o capitalista põe em movimento é a ganância e a guerra entre os gananciosos.

Portanto, o PPP para a educação tem que considerar as contradições da sociedade capitalista. Engels (1985), em do socialismo utópico ao socialismo científico, lembra-nos que o modo de produção capitalista move-se em formas contraditórias.

Nessa direção Caldart (2005), destaca que para elaborar esse projeto de educação é preciso dialogar com a teoria pedagógica crítica que, nesse caso, está apoiada em três referências, quais sejam, o pensamento pedagógico socialista, o diálogo com a Pedagogia do Oprimido e por fim, a referência pedagógica mais recente, a “Pedagogia do Movimento”, que também dialoga com as tradições anteriores. Essa última se trata de uma matriz pedagógica cuja constituição teórica se dá no mesmo tempo histórico da Educação do Campo.

Dessa forma, a concepção que norteia a elaboração do PPP para as escolas do campo tem por base as discussões surgidas no seio dos

movimentos sociais, voltada para os interesses de quem vive e trabalha no campo. Nessa perspectiva a escola do campo tem como função a transmissão dos conhecimentos necessários à emancipação humana, e que tenha como ponto de partida a prática social, conforme sinaliza Saviani (2005). A defesa em prol de uma educação específica para o campo é reafirmada nos cadernos organizados a partir da realização de umas series de Conferências com o objetivo de discutir sobre a concepção de educação para o campo. Nessa direção o seminário realizado em Brasília em 2002, aponta:

Reconhecemos a caminhada dos movimentos sociais do campo, como expressão do povo organizado que faz e que pensa sobre a vida no e do campo. Das suas práticas de organização de luta social e de educação. Podemos extrair muitas lições para a educação do campo, a primeira delas é que o povo que vive no campo tem que ser o sujeito de sua própria formação. Não se trata, pois, de uma educação ou de uma luta para os, mas sim dos trabalhadores do campo e é assim que ela deve ser assumida por todos os membros deste movimento. **Por uma educação do campo.** (SEMINÁRIO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2002, p. 20, grifos do autor).

No que tange ao Projeto Político Pedagógico, Veiga (1995) destaca que o PPP de uma escola é entendido como sendo uma organização do trabalho pedagógico, considerando a escola com um espaço social marcado por contradições e de práticas contraditórias que apontam para a luta de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. Dessa forma, a autora defende que a construção do PPP deve partir de princípios e igualdade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério.

Para Veiga (1995), ao se construir o PPP das escolas, apresenta-se um intento de um futuro a ser alcançado, o planejamento daquilo que se tem a intenção de fazer. Portanto, a construção do PPP, precisa considerar as relações do modo de produção capitalista e o papel que as instituições escolares desenvolvem nela, a escola desenvolve um projeto de formação que pode ser consciente, ou não, pelos sujeitos que a constitui.

Parte-se do pressuposto de que o PPP, para as escolas básicas do campo, deve aceitar o desafio de que a escola do campo “deve ser vista não apenas como um lugar de aprender a ler, a escrever e contar, mas também de formação” (CALDART, 2004, p. 272). Dessa forma, precisa-se compreender que o PPP tem que ser mais do que uma organização dos planos de ensino e a organização do trabalho pedagógico para considerar todas as dimensões que constitui o ambiente educativo.

Nessa direção Veiga (1995), destaca que o projeto pressupõe rupturas com o presente e aponta perspectivas para o futuro diferente do presente. Caldart (2004) ressalta que se o que está em questão é a formação humana, e se as práticas sociais são as que formam o ser humano, então a escola, não deve se negar a cumprir essa tarefa. Nessa Direção o PPP, se constituirá em instrumento teórico-metodológico no enfrentamento dos problemas que envolvem a educação dos que vive no campo.

Freitas (2011) ressalta que a organização do trabalho pedagógico na escola está modulada pela função social dessa instituição, portanto, pela concepção de escola explicitada no seu PPP. Para este autor, a análise das categorias que expressam a organização do trabalho pedagógico pode nos possibilitar encontrar as reais contradições em cada momento histórico e, principalmente, possibilitar visualizar as formas de luta e/ou superação dos problemas em cada realidade específica. Acredito que a apreensão desse Movimento na organização do trabalho pedagógico, visando à elaboração do PPP, só poderá ser feita desvelando-se as contradições existentes, uma vez que estas movem o conjunto das relações sociais entre os seres humanos.

Portanto, para Freitas (2008), a defesa e a luta pela educação da classe trabalhadora devem estar ligadas a uma visão ampla das lutas de classe, vinculando a escola com a totalidade da sociedade. Dessa forma, ressalta o autor, valerá apenas o dispêndio de energias na defesa da educação para os trabalhadores que garanta a emancipação humana, e complementa: “a luta pela escola pública coincide, portanto, com a luta pelo socialismo, por ser uma forma de produção que socializa os meios de produção superando sua apropriação privada” (p. 108).

Nessa mesma linha de raciocínio Mészáros (2005), enfatiza que uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. Pois educar vai além da transferência de conhecimento, é conscientização e testemunho de vida.

Considerações Finais

Finalmente, percebemos que as discussões sobre a construção do PPP para as escolas do campo, nas áreas de assentamentos maranhenses, ainda são muitos recentes, necessitando de aprofundamento teórico sobre a temática em questão. Os desafios a serem enfrentados, no âmbito da educação do campo, são muitos e complexos diante da realidade no campo maranhense. Por outro lado, cabe à escola por meio de seu PPP, explicitar as contradições e problemas enfrentados e apontar as possíveis formas de superação em direção a criação da identidade da escola no campo, visando transformá-la numa importante aliada da formação política e da luta da classe trabalhadora que vive e trabalha no campo.

Com isso, reafirmamos a necessidade de organização do PPP por meio de um consistente trabalho pedagógico nas escolas do campo, o que consideramos um desafio necessário. Dessa forma, nossa contribuição está no sentido de instigar o debate teórico e, ao mesmo tempo trazer alguns elementos que creditamos serem pertinentes e que podem contribuir no processo de construção do PPP para escolas básicas do campo no Maranhão.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mónica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Congresso. Senado. **Resolução CNE/CEB nº01/2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2002.

CALDART, Roseli (Org.). **Caminhos para transformação da escola:** reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Educação em movimento:** formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo. Brasília, DF: [s.n.], 2004.

_____. **Pedagogia do movimento sem terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COUTINHO, Ferreira Adelaide. **Do Direito à educação do campo:** a luta continua. São Luis: Aurora, 2009.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** São Paulo: Moraes, 1985.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes; SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Gênese e Desenvolvimento do MST. **Caderno de formação de n. 30.** São Paulo: MST, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos. Reflexões sobre a luta de classe no interior da escola pública. In: _____. **Educação e luta de classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In: _____. **Caminhos para transformação da escola:** reflexões desde práticas da Licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** São Paulo: Papyrus, 2011.

MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARX, Karl. **Manuscrito econômico - filosófico**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boi Tempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Panorama da educação do campo no Brasil**. Brasília, DF, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Mary Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção por uma educação básica do campo).

MARANHÃO. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação atualizada de tipos de Projetos criados e o número de famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária no Maranhão no período de 01/01/ 1900 até 26/10/ 2012**. São Luís: OTI, 2012.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes e Estratégias para uma Política Pública de Educação do Campo no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2007.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2011.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Orientações Gerais para a Elaboração, implantação e implementação do Projeto Político Pedagógico da Rede Pública Estadual de Ensino**. São Luís: [s.n.], 2008.

SEMINÁRIO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 2002, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2002.